

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



Boletim da Segunda Classe, Coimbra, 1898-1929

Publicado durante trinta anos (1903-1933), o *Boletim da Segunda Classe* (Actas, comunicações, pareceres, estudos, documentos e notícias) constituiu, para o período de 1898-1929, o preenchimento de um vazio documental no relato da vida intelectual da Academia das Ciências de Lisboa (ACL). Começa, precisamente, por indicar que «Desde 1851 se não estampavam actas das sessões académicas» (vol. I, 1898, p. VI). Da classe fazia parte, em 1898, o sócio efectivo Teófilo Braga (1843-1924), o mesmo que 20 anos depois será evocado, pelo discípulo António Ferrão, enquanto presidente de uma instituição idealizada em oposição à ACL, a Academia das Ciências de Portugal (António Ferrão, *As Causas «Ideais» da Conflagração e a Função Pedagógica das Academias Científicas após a Guerra*, 1918).

O final do século XIX representa, claramente, um período de transição entre os que recordavam o convívio e o labor com Alexandre Herculano e novas gerações de académicos e investigadores. A 1 de Fevereiro de 1898, a morte de João Pedro da Costa Basto, ex-oficial-mor da Torre do Tombo entre 1876 e 1880, significa mais um momento de impasse na publicação dos *Portugaliae Monumenta Historica*. O seu irmão e ex-ajudante, José Manuel, pede exoneração da responsabilidade da publicação da *História dos Descobrimentos Portugueses*. No *Boletim*, é recordado o historial de tal projecto desde os tempos de Andrade Corvo e Pinheiro Chagas, em 1882 e 1892 (vol. I, 1898, pp. 28-38).

Tal como o seu sucessor, o *Boletim da Academia das Ciências*, também o *Boletim da Segunda Classe* é constituído inicialmente por fascículos mensais e volumes anuais, para a partir do IV, passar a dizer respeito a meses de diferentes anos (por exemplo, Novembro de 1916-Outubro de 1917, uma época académica completa). Tal organização fundacional é explicada no volume III: «Este *Boletim*, publicado em fascículos, para que o seu conteúdo não perca em interesse pela demora, é dividido em duas partes: a primeira constituída pelas cartas da Classe e pareceres apresentados nas respectivas sessões; a segunda pelos estudos, comunicações, documentos e notícias a ela destinadas, com um resumo em francês das que possam interessar ao estrangeiro» (vol. III, 1909-1910, pp. 2-3). Tal resumo cai rapidamente em desuso. O *Boletim* oscila, nas palavras de Teófilo Braga, entre “assuntos puramente literários, como era a leitura de poesias, trechos de prosa e traduções de obras notáveis” (o que propõe e defende), e a “investigação de pontos e questões de mera erudição e estudo, como é em geral a tendência em corporações desta natureza” (vol. I, 1898, p. 60). A primeira linha programática parece vingar, a partir da sessão de 30 de Março de 1898, dado



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

que após a apresentação daquela opção, diminuem as extensas transcrições documentais. As quais, porém, com o passar dos anos, passarão a ocupar a grande maioria das páginas impressas, até ao ponto de praticamente deixar de existir o relato das sessões, admissões e comunicações. Ora, como é apanágio destas narrativas periódicas, constituem elementos essenciais para entender a dinâmica da instituição, no campo das letras, saber quem frequenta as sessões académicas, nelas intervém, é admitido na classe, por que razões e qual a sua progressão na hierarquia (se alguma). Como mais adiante se constatará.

Conforme o tempo progride, existe um crescente atraso na publicação dos volumes (a partir dos XIII e XIV, coincidentes com o final da Primeira Guerra Mundial). O último volume, o XX, divide-se em duas partes, o que era usual, na centúria anterior, com a *História e Memórias* da ACL. Até o título é alterado, conforme informa o vol. XX, 2ª parte, p. 22: “Nota: este Boletim teve o nome de «Boletim da Segunda Classe» até ao volume XII; no volume XIII mudou o nome para «Boletim da Classe de Letras» até ao volume XV, voltando no XVI a nomear-se «Boletim da Segunda Classe»”.

Podem ser listados alguns dos nomes mais sonantes da classe, de Janeiro de 1898 a Dezembro de 1909. Na 2ª sessão de 1898, a 28 de Janeiro, estão presentes os sócios efectivos Gama Barros, Teixeira de Aragão, Teófilo Braga e os sócios correspondentes Brito Aranha, Consiglieri Pedroso, Gonçalves Vianna, Leite de Vasconcelos e Vasconcelos Abreu (vol. I, 1898, p. 28). São sucessivamente eleitos Christovam Ayres sócio correspondente (1899), Hintze Ribeiro e Veiga Beirão sócios efectivos (1900), Machado de Assis (1904), Júlio Dantas e Carlos Malheiro Dias (1908) sócios correspondentes; Edgar Prestage (1909) correspondente estrangeiro. Em Dezembro de 1909, são emitidos pareceres sobre a admissão de Silva Gaio e de Oliveira Lima. Em Janeiro e Fevereiro de 1907 a presidência de sessões é assumida por Hintze Ribeiro (1849-1907), ex-presidente do conselho de ministros e por Júlio de Vilhena, então secretário de Estado (vol. II, 1910, pp. 195 e 201). O que demonstra como continuava a existir, desde a sua fundação, uma porosidade na ACL face aos poderes políticos instituídos e aos intelectuais com protagonismo público.

O ano de 1910 é, logicamente, dedicado ao centenário do nascimento de Herculano. Assim, o fascículo nº 3 do volume III (Fevereiro) é inteiramente preenchido com textos sobre o célebre historiador (pp. 145-279). Os fascículos nºs 1, 3 e 4, contêm o estudo em três partes de David Lopes, “Os árabes nas obras de Alexandre Herculano”, um dos trabalhos iniciais do autor, em que aplica o método filológico e o conhecimento da língua árabe. Também são evocadas as polémicas de Herculano com José Joaquim Costa de Macedo e com António Caetano Pereira.

Pelas páginas de 1911 perpassam novos valores, trazidos a terreiro pela implantação da República. Um deles é o da valorização da mulher na sociedade e cultura. Um verdadeiro dossier é dedicado a Carolina Michaëlis de Vasconcelos, que conseqüentemente é proposta para sócia correspondente (vols. IV e V, 1911 e 1912). Os tempos são outros, mas parece necessário justificar, com considerável profusão de textos da e sobre a autora, a sua entrada na Academia. Porém, foi Maria Amália Vaz de Carvalho a primeira portuguesa a ser proposta e eleita para “Sócio Correspondente” (sic). O conde de Sabugosa destaca-lhe o papel figurado de ocupante do 41º fauteuil dos imortais da Academia Francesa, pela sua presença, no tempo de D. Luís, no



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

convento de Jesus, sede da ACL. Sabugosa, um dos Vencidos da Vida, recusa a exclusão de mulheres nas “corporações científicas, literárias e académicas, ou fosse no claustro pleno da Universidade, ou nas profissões liberais, ou nas ordens militares honoríficas, ou nos cenáculos das letras” (vol. VI, 1912, pp. 474-483).

Pelos anos de 1917 e de 1918 ocorre, no seio da classe, uma polémica sobre a norma regulamentar comum a este tipo de instituições, a da elevação ou *promoção* de sócios correspondentes e efectivos (durante o século XIX, na ACL, de livres para efectivos). Na sessão de 22 de Fevereiro de 1917, são lidos pareceres de Cândido de Figueiredo e de Henrique Lopes de Mendonça sobre propostas de dois novos sócios efectivos, Afonso Costa (ex-presidente do ministério) e Bernardino Machado, então presidente da República (vol. XI, 1916-1917, pp. 42-46). O que merece ao presidente da classe, Joaquim José Coelho de Carvalho, o lamento que “que se não preferisse para preencher a vaga algum dos sócios correspondentes da Academia, candidatos natos à efectividade” (Idem, p. 39). A 8 de Março discute-se se é letra morta o artigo 1º do regulamento de 1-7-1868, pelo qual os sócios correspondentes eram considerados “candidatos natos” a posições de sócios efectivos. Júlio Dantas afirma que para além da regulamentação, havia a considerar a «velha praxe» de assim serem entendidas as precedências para lugares de efectivos (Idem, pp. 48-49).

Apesar de tais considerações, no ano seguinte, 1918, Afonso Costa é eleito por 9 votos e uma abstenção, a do presidente da classe Joaquim José Coelho de Carvalho, que “entendia que não devia preferir uma pessoa ainda estranha a ela [ACL], a alguns dos sócios correspondentes, e não por outra razão” (vol. XII, 1917-1918, p. 601).

Já no volume XII (1917-18) a dimensão do *Boletim da Segunda Classe* atinge as 599 páginas, a maioria das quais de análise e de transcrição de documentos. É perceptível a influência do publicista António Ferrão, com os seus estudos documentais bastante extensos, nos volumes finais desta série: XIX, XX (1ª parte) e XX (2ª parte), relativos a 1924-25 e 1926-1929, mas só impressos provavelmente depois de 1932 (dois não contêm indicação de data). No penúltimo tomo, Ferrão sugere a suspensão da publicação do *Quadro Elementar* (parada desde 1876) e a sua substituição por “uma colecção de instruções diplomáticas” e uma série de alterações na publicação do *Coripo Diplomático*, interrompido há 62 anos. E, num exemplo dos seus ambiciosos projectos, refere a necessidade de uma missão portuguesa aos arquivos do Vaticano e criação “de um instituto histórico [português] em Roma dependente desta classe”. É mesmo nomeado para ir ao “estrangeiro”, de forma a reunir elementos que servissem de base para escrever uma História de Portugal (ambicionada na Academia das Ciências desde finais do século XVIII) e uma História da cultura portuguesa – projectos nunca concretizados (vol. XX (1ª parte), s.d., pp. 28-29 e 38). A impressão do *Boletim* é realizada em Lisboa, na ACL, nos primeiros cinco volumes, entre 1903 e 1912 (referentes a 1898-1911), no IX, de 1915 e nos dois finais (XX, 1ª e 2ª partes, s.d.). Os restantes, do VI-VIII (1913-1914) e VIII (1916) ao XIX (1933), vêm a luz do dia em Coimbra. O *Boletim da Academia das Ciências*, que sucederá ao *Boletim da Segunda Classe*, é impresso em Coimbra a partir de 1929 e passará para Lisboa, a partir de 1935. O *Boletim da Segunda Classe* só existiu, assim, *in nomine*, para completar a função de repositório de actas e pareceres,

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

até 1929, coexistindo então com uma nova ou segunda série.

Em síntese, esta publicação da ACL, que ocupa um vazio respeitante a actas e pareceres, da Regeneração ao início do século XX, contém muitos dos componentes que marcam a vida de uma academia na época contemporânea: o debate e polémica sobre os temas a privilegiar (literários ou eruditos); inclusão/exclusão de políticos e de mulheres sócias; pesos variáveis das actas das sessões e da transcrição, por vezes interminável, de documentos; a existência de projectos colectivos herdados do passado (os *Portugaliae Monumenta Historica*, o *Corpo Diplomático*, o *Quadro Elementar*) e a sua interrupção, face à necessidade sentida de buscas arquivísticas em função de sínteses históricas (como as almejadas por António Ferrão); a prontidão ou lentidão na impressão dos volumes e fascículos, tornando o *Boletim da Segunda Classe* (a das Letras, junto do público coevo, num produto apetecível, pela novidade ou desinteressante, porque desactualizado

Bibliografia activa: *Boletim da Segunda Classe (Boletim da Classe de Letras*, vols. XIII-XV), Lisboa, por ordem e na Tipografia da Academia, vols. I-V, 1903-1912, IX, 1915 e XX (1ª e 2ª partes), s.d.; Coimbra, vols. VI-VII, 1913-1914 e VIII-XIX, 1916-1933.

Bibliografia passiva: António Ferrão, *As Causas «Ideais» da Conflagração e a Função Pedagógica das Academias Científicas após a Guerra...*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1918; *Catálogo das Publicações da Academia*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1983, pp. 20-22 e 60; Daniel Protásio, verbete sobre António Ferrão no *Dicionário de Historiadores Portugueses*.

Daniel Estudante Protásio